



Simulado Final

TJ ES

Analista Judiciário

Área Administrativa - Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ ES Analista Judiciário (Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ ES Analista Judiciário (Área Administrativa);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJES-AJAA-04-03-23>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	47 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

LÍNGUA PORTUGUESA*Fabício Dutra***Texto 1**

A quarta geração de direitos é crucial para enfrentar os desafios globais do século XXI, como as mudanças climáticas, a globalização e a tecnologia. Esses desafios exigem soluções coletivas e transnacionais, que só podem ser alcançadas com o reconhecimento e proteção dos direitos difusos e coletivos. Além disso, esses direitos são importantes para garantir a justiça social e a proteção dos grupos vulneráveis e marginalizados, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

Em resumo, a quarta geração de direitos representa uma evolução na concepção dos direitos humanos, reconhecendo a importância da proteção dos interesses coletivos e difusos que transcendem as fronteiras nacionais e individuais. Esses direitos são fundamentais para enfrentar os desafios globais do século XXI e garantir a justiça social e a igualdade de oportunidades para todos.

- 01.** Infere-se do texto que o século XXI promoveu transformações globais que conduziram a uma nova geração de direitos.
- 02.** Segundo o texto, o reconhecimento dos direitos difusos é essencial para que se encontrem soluções para os desafios do atual século.
- 03.** No segundo parágrafo, o termo 'que' é um pronome relativo que exerce a função de complemento.
- 04.** No segundo período, o termo 'dos direitos difusos e coletivos' exerce a função de complemento nominal.
- 05.** No primeiro período do segundo parágrafo, se fosse inserida uma vírgula após o termo 'difusos', a correção seria mantida, mas o sentido seria alterado.

06. No último período do texto, o termo 'para todos' exerce a função de adjunto adverbial.

07. A oração 'Esses direitos são fundamentais para enfrentar os desafios globais do século XXI e garantir a justiça social e a igualdade de oportunidades para todos' poderia ser reescrita da seguinte forma: 'Esses direitos são essenciais não apenas para encarar os desafios globais do atual século como também para assegurar a justiça social e a igualdade de oportunidades a todos'.

Texto 2

O artigo inaugural da Constituição Federal estabelece que o Brasil é regido segundo as regras do Estado Democrático de Direito e possui como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa. Essa previsão de regência pelas regras do Estado de Direito se traduz no chamado império da Lei, pois o poder da lei está acima da lei do poder.

O Estado cria a lei e, ao mesmo tempo, se submete a ela. Nesse cenário, destaca-se o papel exercido pela Constituição Federal. Pois, além de se constituir em um Estado Democrático de Direito, o Brasil funda-se nos conceitos de um Estado Constitucional, regido por uma Constituição, de modo que toda e qualquer lei criada deve respeitar os seus limites e as suas diretrizes, sob pena de incompatibilidade com sistema adotado.

O Estado Constitucional deve assegurar a centralidade da pessoa e a garantia de seus direitos fundamentais como vínculos estruturais de toda a organização política que rege a dinâmica social em todas as suas formas e segmentos. Logo, o Estado deve exteriorizar uma política de atuação apta a garantir o respeito às liberdades civis e, sobretudo, o respeito aos direitos e às garantias fundamentais, prevendo uma efetiva proteção jurídica.

08. No primeiro período, a expressão 'é regido' poderia ser substituída, com manutenção da correção gramatical, por 'rege-se'.

09. No último período do primeiro parágrafo, a conjunção 'pois' poderia ser substituída por 'porquanto', com manutenção do sentido.
10. No segundo período do segundo parágrafo, a partícula 'se' poderia ser corretamente anteposta ao verbo 'destaca'.
11. No segundo parágrafo, a expressão 'de modo que' apresenta valor de 'causa'.
12. Na oração 'O Estado cria a lei e, ao mesmo tempo, se submete a ela', as vírgulas poderiam ser substituídas por travessões.
13. A expressão 'sob pena de', no final do segundo parágrafo, pode ser substituída por 'sujeita à determinadas consequências'.
14. No primeiro período do último parágrafo, a inserção de vírgula após o termo 'política' incorreria em alteração de sentido, porém a correção gramatical seria mantida.
15. No último período, o termo 'Logo' pode ser deslocado para depois do verbo 'deve' com manutenção da correção gramatical e do sentido.
16. No último período, o acento de crase em 'às garantias fundamentais' tem caráter facultativo.
17. No terceiro período do segundo parágrafo, a vírgula após a palavra 'pois' é facultativa.

Texto 3

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona a importância da tecnologia para a sociedade, não apenas como uma ferramenta de trabalho e entretenimento, mas também como uma forma de manter a conexão e a solidariedade entre as pessoas. Através de plataformas digitais, foi possível organizar eventos online, apoiar comunidades vulneráveis e promover a conscientização sobre as medidas de prevenção. A tecnologia, portanto, não é apenas um instrumento de eficiência, mas também de empatia e humanidade.

18. Conforme o texto, a tecnologia pode ser usada para promover valores humanos, como a solidariedade e a inclusão.
19. De acordo com o texto, antes da COVID, a tecnologia era ser usada apenas para fins de entretenimento.
20. No primeiro período, a expressão 'mas também' introduz oração adversativa.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

- Acerca da Ética, da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Anticorrupção, analise os itens a seguir.
21. Trata-se de ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública a indicação política, por parte de detentor de mandato eletivo, de parente de 2º grau para ocupar cargo em comissão, quando não houver sido aferido dolo com finalidade ilícita por parte do agente.
22. Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na Lei de Improbidade Administrativa, não bastando a voluntariedade do agente.

- 23.** A ética consiste no ramo da filosofia que estuda a moral, enquanto conjunto de valores e princípios de determinado indivíduo ou sociedade.
- 24.** A ética se ocupa dos hábitos e costumes de determinados grupos sociais, possuindo caráter temporário e mutável.
- 25.** Havendo a prática de atos lesivos à Administração Pública, como fraudar o caráter competitivo de procedimento licitatório público, as pessoas jurídicas envolvidas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, quando a conduta houver sido praticada em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

- 26.** No Windows a forma correta para apagar programas é através da opção “Aplicativos e Recursos” existente no menu Configurações, pois além de apagar apenas o que pode ser apagado também atualiza o Registro do Windows desinstalando o programa.
- 27.** No Word, uma funcionalidade bastante útil é o sombreamento, que se encontra disponível para o usuário na guia Layout e permite que seja colocado um realce no texto similar ao efeito de um marca texto.
- 28.** No Word, o recurso de comentário deve ser utilizado para colocar notas informativas no fim do texto ou no fim da página.
- 29.** Utilizando a planilha eletrônica Calc, o usuário digitou o seguinte comando na célula A1: = MEDIA(A2:A5) . Diante disso, podemos concluir que será calculada em A1 a média aritmética dos valores existentes nas células contidas no intervalo de A2 até A5
- 30.** Na planilha eletrônica Excel, podemos utilizar a Referência Absoluta que consiste em colocar o \$ (cifrão) antes de cada elemento do endereço da célula (coluna e linha) para fixar os mesmos e evitar que sejam alterados quando arrastados
- 31.** No Powerpoint existe o recurso chamado Slide Central que deve ser utilizado como slide base para apresentações. Alterações realizadas nele, serão automaticamente refletidas em toda a apresentação.
- 32.** Um conjunto de empresas que apresentam objetivos em comum criaram uma estrutura de computação em nuvem para suprir as suas necessidades internas de comunicação e armazenamento de dados. Essa estrutura conjunta é um tipo de implementação de nuvem conhecida como Nuvem Híbrida.
- 33.** O serviço de FTP, amplamente utilizado para possibilitar o acesso a distância entre equipamentos, só pode ser utilizado mediante o uso de senha.
- 34.** Backup consiste na realização de cópias de segurança de dados para que, em caso de sinistro, os mesmos possam ser recuperados. A boa prática determina que devemos ter várias cópias e armazená-los em locais físicos distintos.

35. O serviço de Web utiliza na maioria dos casos o protocolo HTTPS que garante a privacidade das páginas e que as mesmas só poderão ser acessadas pelos usuários cadastrados na Intranet das empresas vinculadas à grande rede..

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

A respeito das proposições lógicas, julgue os itens a seguir.

36. A sentença "Arquive os processos e publique o edital" é uma proposição composta que pode ser representada por $P \wedge Q$, sendo P e Q proposições simples convenientemente escolhidas.

37. Considerando a proposição P: "Quando o dólar subir, as exportações aumentarão e as viagens internacionais ficarão mais caras", o número de linhas da tabela-verdade associada a essa proposição é superior a seis.

Texto para as questões 38 a 41

Considere as proposições P1, P2 e P3:

P1: Se Bernaldo é barista e Ricardo é rentista, Arnaldo não é advogado.

P2: Se Bernaldo é barista e Arnaldo é advogado, Ricardo não é rentista.

P3: Se Ricardo é rentista e Arnaldo é advogado, Bernaldo não é barista.

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

38. A proposição P1 é equivalente a "Se Arnaldo é advogado, Bernaldo não é barista e Ricardo não é rentista".

39. A negação da proposição P2 pode ser descrita por "Bernaldo é barista e Arnaldo é advogado e Ricardo é rentista".

40. Se o argumento formado pela conclusão P1 e pelas premissas P2 e P3 não for válido, suas premissas são proposições falsas.

41. Um argumento que tenha P1 e P2 como premissas e P3 como conclusão será um argumento válido.

Texto para as questões 42 e 43

Um atacadista recebeu um estoque de maçãs, bananas e mangas. Essas frutas foram carregadas em 160 caixas, da seguinte forma:

- 60 caixas com manga;
- 90 caixas com banana;
- 20 caixas com maçã e manga;
- 30 caixas com banana e manga; e
- 20 caixas com maçã e banana.

Sabendo-se que nenhuma caixa foi carregada com as três frutas, julgue os itens a seguir.

42. Nessa situação, 50 caixas foram carregadas somente com banana.

43. Nessa situação, 80 caixas continham maçãs.

Texto para os itens 44 e 45

Um juiz deve analisar 15 processos distintos, sendo 5 relacionados a tráfico de drogas, 6 relacionados a estelionato e 4 relacionados a homicídios. Considere que, inicialmente, o juiz selecione aleatoriamente um grupo de 3 processos para serem analisados. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

44. O número de maneiras que o juiz tem de selecionar 3 processos para serem avaliados é superior a 450.

45. A probabilidade de que no grupo selecionado todos os processos sejam relacionados a homicídios é inferior a 0,8%.

LEGISLAÇÃO LOCAL*Tiago Zanolla*

46. Com base na Lei Complementar n. 234/2002, a qual dispõe sobre a Organização Judiciária do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

Cada Comarca compreenderá um município, ou mais de um, necessariamente contíguos, podendo ser dividida em Varas.

47. Com base na Lei Complementar n. 566/2010, a qual dispõe sobre a reestruturação e modernização da Estrutura Organizacional Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

O Núcleo de Processamento de Recursos Eletrônicos é vinculado à Presidência do Tribunal.

48. À luz do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e nos, entre outros casos de violação das proibições, cometer a pessoa estranha ao serviço, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seu subordinado, não podendo exceder noventa dias.

49. No que tange a Lei n. 7854/2004 que dispõe sobre o Plano de Carreiras e de Vencimentos dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário, vencimento básico é o padrão acrescido dos valores referentes às promoções vertical e horizontal. Já vencimentos, o conjunto dos valores referentes ao vencimento básico e as vantagens pecuniárias conferidas ao servidor.

50. Segundo Regimento Interno do TJ-ES, as Câmaras Cíveis Isoladas são compostas por até cinco Desembargadores cada, observada a composição mínima de três Desembargadores.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

51. Acerca das normas de eficácia plena, contida e limitada, julgue o item subsequente.

As normas de eficácia plena são sempre exequíveis por si sós.

52. No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue:

É legítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica, mesmo em se tratando de vacinas testadas, aprovadas e registradas.

53. Em relação aos direitos sociais, julgue o item a seguir:

É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

54. A respeito dos direitos da nacionalidade, julgue o item a seguir:

Situação hipotética: Pierre, nascido em Paris, na França, naturalizou-se brasileiro no ano de 2007. Entretanto, no ano de 2020, foi condenado, na França, por comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas (cocaína), no território francês, entre os anos de 2010 e 2014. Antes da condenação, em 2019, Pierre passou a residir no Brasil. A França, com quem o Brasil possui tratado de extradição, requer a imediata extradição de Pierre, a fim de que cumpra, naquele país, a pena de oito anos à qual foi condenado. **Assertiva:** Pierre não poderá ser extraditado, pois a Constituição Federal apenas prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, praticado antes da naturalização.

55. No que tange aos direitos políticos, julgue o item subsequente.

É constitucional a cumulação entre a inelegibilidade e a suspensão de direitos políticos.

56. Em relação à organização do Estado, julgue o item.

Situação hipotética: A Lei nº 123 do Estado Gama obriga pessoas físicas ou jurídicas, independentemente da atividade que exerçam, a oferecer estacionamento ao público, a cercar o respectivo local e a manter funcionários próprios para garantia da segurança, sob pena de pagamento de indenização em caso de prejuízos causados ao dono do veículo. **Assertiva:** A referida lei estadual é inconstitucional, pois viola a competência privativa da União de legislar sobre matéria concernente ao Direito Civil.

57. Com relação ao processo legislativo, julgue o item a seguir.

Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

58. A respeito do Poder Executivo, julgue o item subsequente.

Compete ao Presidente da República decretar o Estado de Sítio, o Estado de Defesa, a Intervenção Federal e o Estado de Calamidade Pública no âmbito federal.

59. No que tange ao Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia política, administrativa e financeira.

60. Julgue o item no que tange as funções essenciais à Justiça prevista na Constituição Federal de 1988.

O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Câmara de Deputados, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

61. Acerca dos princípios da administração pública, julgue o item a seguir.

Maria Alice, agente de trânsito municipal de Vila Velha/ES, efetivava blitz na Avenida Antônio Gil Veloso, na entrada da Praia da Costa. Enquanto fiscalizava o fluxo de carros, avistou Helena, sua ex-namorada, conduzindo um caminhão de carga. Então, Maria Alice fez sinal à Helena e a solicitou que estacionasse para que sua carga fosse averiguada. Não foi encontrada qualquer irregularidade tanto na carga quanto no caminhão, mas, mesmo assim, Maria Alice lavrou auto de infração em desfavor de Helena, exclusivamente por retaliação.

No caso fictício em tela, Maria Alice violou os princípios constitucionais da Moralidade e Impessoalidade.

62. Acerca dos atos administrativos, julgue o item a seguir.

Gabriel, morador do município de Venda Nova do Imigrante, veio à Vila Velha para aproveitar o carnaval com amigos. No domingo, estacionou seu automóvel em cima da calçada, em local proibido. Maria Alice, agente de trânsito municipal, representando o poder público local, procedeu com o reboque do veículo de Gabriel.

No caso fictício em tela, a remoção do bem do particular está calcada no atributo do ato administrativo conhecido como imperatividade.

63. Acerca dos poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

O exercício do poder normativo pelos entes públicos caracteriza atuação que compreende tanto a edição de decretos regulamentares, sem inovação de mérito em face da lei regulamentada, quanto também a edição de decretos autônomos em situações expressamente previstas.

64. Acerca da organização da administração pública, julgue o item a seguir.

A descentralização por colaboração acontece quando as organizações paraestatais celebram ajuste com a Administração Pública, por termo de cooperação, passando a integrar a Administração Pública.

65. Acerca da nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, julgue o item a seguir.

A Prefeitura de Vila Velha/ES, mediante dispensa de licitação, deseja adquirir 12 computadores de mesa para serem utilizados na Secretaria de Meio Ambiente. Nesse caso fictício, considerando as disposições instituídas pela Lei nº 14.133/2021, é dispensável a licitação para contratação, pois os valores são inferiores a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

66. Acerca da lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), julgue o item a seguir.

Segundo determina a Lei nº 8.429/1992, a pena de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos até catorze anos e pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial, além da proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a catorze anos, pode ser aplicada a quem utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades públicas mencionadas no texto legal.

67. Acerca do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99), julgue o item a seguir.

O recurso administrativo poderá ser interposto, dentre outros, por organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.

68. Acerca da Responsabilidade Civil do Estado, julgue o item a seguir.

Em manifestação contra o aumento das passagens de ônibus, ocorreram conflitos entre policiais e manifestantes. Camila, profissional da imprensa, foi ferida por agentes policiais durante cobertura jornalística. Os policiais que agiram no evento portavam câmeras que filmaram todo o ocorrido, atestando que Camila descumpriu ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, passíveis de grave risco à sua integridade física.

No caso fictício em tela, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aplica-se a responsabilidade civil objetiva do Estado, não incidindo excludente da responsabilidade do caso fortuito, em razão da imprevisibilidade dos danos sofridos por Camila.

69. Acerca do Controle da Administração Pública, julgue o item a seguir.

O controle da Administração Pública é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de Poder. Assim sendo, é correto afirmar que o controle legislativo é aquele executado pelo Poder Legislativo sobre os atos da Administração Pública, como, por exemplo, quando o Tribunal de Contas, órgão de controle financeiro que auxilia o Legislativo, realiza o controle externo dos Poderes Executivo e Judiciário.

70. Acerca dos Agentes Públicos, julgue o item a seguir.

O desconto em folha de pagamento de servidor público, referente a ressarcimento ao erário, depende de prévia autorização ou de prévio procedimento administrativo que lhe assegure a ampla defesa e o contraditório.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

Julgue os itens seguintes referente à evolução dos modelos de administração pública e aos diversos aspectos da administração pública moderna.

71. A administração gerencial constitui uma modernização do Estado burocrático, mantendo o foco no planejamento das políticas públicas e na atuação empresarial do Estado.

72. A dimensão institucional da reforma do aparelho do Estado visava mudar valores arraigados nas organizações públicas, como a desconfiança generalizada, que caracteriza a administração burocrática, para uma confiança prévia no administrador público, próprio da administração gerencial.

73. A governança pública se refere à forma de gerenciamento de recursos e possui como um dos seus princípios basilares a accountability, que se relaciona a execução de sua gestão a partir do menor custo possível em todas as suas compras e contratos.

74. O empreendedorismo governamental é um modelo de administração pública fundamentado no estabelecimento de objetivos e metas que visem à qualidade do serviço prestado pelos entes públicos, com avaliação permanente de resultados, sem transferência de poder aos cidadãos, em razão da responsabilidade institucional prevista no modelo.

Acerca da intermediação de interesses e as mudanças institucionais, julgue os itens a seguir.

75. O neocorporativismo é um instrumento de relação colaborativa entre organizações privadas e o Estado, que permite participação no processo decisório, além de outras atribuições referentes às políticas públicas.

76. Os conselhos gestores são responsáveis por estabelecer diretrizes para as políticas públicas e acompanhar a aplicação de recursos nas respectivas áreas de atuação, exercendo atividades normativas e fiscalizatórias, respectivamente.

A respeito de aspectos relacionados ao processo de desenvolvimento de políticas públicas, julgue os itens subsequentes.

77. O ciclo de políticas públicas segue etapas sequenciais e interdependentes; ou ainda fases que se misturaram e ficam sobrepostas; ou até fases diferentes. No geral, o ciclo se inicia com a construção e formação de agendas, que é o momento de organizar as demandas sociais e realizar um estudo de viabilidade para levantar se há soluções possíveis de resolver o problema público.

78. As arenas políticas são espaços físicos e contextos sistêmicos, interativos, que configuram a dinâmica de atuação dos atores, definem as suas alianças e mobilizam o conflito entre eles a partir dos *issues*, das preferências, das expectativas e da estrutura de oportunidades.

79. O monitoramento de políticas públicas diferencia-se da avaliação sob vários aspectos. Enquanto a avaliação é o exame discreto de processos, produtos, qualidade, efeitos, impactos, das ações realizadas, o monitoramento é o exame contínuo de processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas.

Acerca da disciplina do comportamento organizacional e da gestão de pessoas no setor público, julgue os itens que se seguem

80. O conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes desejados para o exercício de cargos, funções, papéis ou espaços ocupacionais caracteriza a modalidade de competência profissional.

81. O modelo de gestão de pessoas por competência identifica as lacunas de competência e mensura a complexidade das competências, que podem ser analisadas do ponto de vista de nível, abrangência e escopo. Na administração pública, essas competências estão relacionadas ao cargo ocupado; na administração privada o conceito utilizado está relacionado ao espaço ocupacional.

82. Investimentos em capacitação contribuem para o desempenho e resultados melhores, por isso a área de RH deve promover um processo contínuo de análise das necessidades de treinamento, examinando no nível organizacional os processos realizados, as atividades, tarefas e determinando quais conteúdos deverão ser abordados em programas de treinamento.

83. A gestão de desempenho deve ter foco no fortalecimento do êxito alcançado, desenvolvimento de competências dos colaboradores e conquista dos objetivos da organização.

84. No processo de comunicação ocorrem ruídos que podem alterar a mensagem transmitida, a exemplo do volume excessivo de informações nos canais de comunicação que podem acarretar sobrecarga, gerando omissão e distorção no processo de comunicação.

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS

Ricardo Campanário

85. No que se refere à conferência no recebimento de materiais e armazenagem, julgue o item seguinte. Situação hipotética: Depois de determinada empresa manter estoque médio de todos os itens de matérias-primas por 12 meses, ela decidiu reduzir esse tempo para 6 meses. Assertiva: Em relação à curva ABC, exatamente aqueles que permitem a maior redução possível nos valores financeiros dos estoques são os itens do grupo C.

86. Com base nos conceitos e nas aplicações sobre a administração de recursos materiais, julgue o item. Os sistemas apoiados pelos conceitos do just in time têm como meta o estoque "zero". Neles é comum verificar o uso do MRP.

87. O MRP é um sistema que estabelece procedimentos, regras e critérios de modo a atender as necessidades de produção numa sequência de tempo logicamente determinada para cada item componente do produto final. O sistema é capaz de planejar diferentes necessidades de materiais a cada alteração sofrida pelo programa de produção, pelos registros de inventários ou mesmo pela composição de produtos acabados.

96. A tabela seguinte registra o controle de estoques de determinados itens de uma repartição. De acordo com os dados da tabela, o menor giro de estoque corresponde ao item IV.

item	consumo médio mensal (unidades)	estoque médio (unidades)
I	100	125
II	100	100
III	80	40
IV	80	200
V	120	150

97. Acerca da função da administração de estoques. O leadtime compreende o período entre a solicitação e a chegada do pedido e deve ser levado em consideração para se estabelecer o nível de ressurgimento.

LICITAÇÃO E CONTRATOS

Antônio Daud

Tomando por base as regras previstas na Lei nº 14.133/2021, analise os itens a seguir.

98. A alienação de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, dependerá de avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.

99. É dispensável a licitação para contratação de serviços e obras para atender à situação de calamidade pública, desde que tais serviços e obras possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias, contados da data da ocorrência da calamidade.

100. É hipótese de licitação dispensável a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

101. O julgamento das propostas dos licitantes ocorre após a fase de habilitação delas, como regra geral.

102. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante importará seu afastamento da licitação, embora não enseje a invalidação do processo licitatório.

103. A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, sendo que, no caso de licitação que envolva bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, três membros.

104. O orçamento estimado da contratação, desde que justificadamente, poderá ter caráter sigiloso, inobstante tal sigilo não prevaleça para os órgãos de controle interno e externo.

105. O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

106. A utilização do credenciamento é cabível em contratações na qual o objeto pertença a mercados fluidos.

107. Caso não seja possível à Administração definir, com precisão suficiente, as especificações técnicas do objeto a ser licitado, torna-se possível a adoção do diálogo competitivo.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

108. Quando o Poder Público realiza ajustamentos na alocação de recursos, com vistas a oferecer bens e serviços não providos pela iniciativa privada, está exercendo a função estabilizadora.

109. Ente municipal poderá vincular 20% do IPTU arrecadado como garantia de financiamento contratado perante instituição financeira para realização de obra pública.

110. Crédito extraordinário cujo ato de autorização foi promulgado em 25 de setembro e não foi integralmente utilizado dentro do exercício, poderá ser reaberto, no limite de seu saldo, no exercício seguinte.

111. A lei orçamentária anual poderá fixar despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

112. O Plano Plurianual conterà anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

113. Os órgãos setoriais e específicos ficam sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

114. As descentralizações de créditos orçamentários são assemelhadas às transferências e à transposição, pois modificam a programação e alteram a unidade orçamentária detentora do

crédito orçamentário aprovado na lei orçamentária ou em créditos adicionais.

115. A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterà, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.

116. As despesas com fornecimento de água para determinado órgão público deverão ser objeto de empenho global.

117. O conceito de projeto na estrutura programática consiste no conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação de governo.

118. Na estrutura de codificação da natureza da receita, o dígito relativo à origem identifica a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

119. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa com pessoal do Poder Executivo municipal não poderá exceder a 54% da receita corrente líquida.

120. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma das condições para promover a criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental é a comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
